

# Sul do Estado não dispõe de órgão de defesa civil

Rossini Amaral

Quando uma botija de gás ou panela de pressão explode dentro de casa, ou um barraco é consumido pelas chamas, ou uma comunidade inteira é atingida por um vendaval, ou ocorre uma grande enchente, a população quase sempre é tomada de surpresa e não dispõe das mínimas noções de como enfrentar o problema. Embora situações como essas ocorram com frequência em um ou outro município, no Sul do Estado, particularmente, nenhuma Prefeitura praticamente possui um esquema de defesa civil capaz de mobilizar grupos de voluntários para prestar socorros imediatos. E como também não existe nenhum serviço de prevenção para, ao menos, atenuar os efeitos de tais acidentes, resta apenas aos soldados do Corpo de Bombeiros, em conjunto com servidores



Foto de Rossini Amaral

*Em caso de enchente, a população ribeirinha do Itapemirim, que soma milhares de pessoas, terá que ser evacuada imediatamente*

municipais sem qualquer preparo, levantar os danos materiais e o número de vítimas.

Essa realidade no Sul do Estado tem feito, ao longo dos anos, com que alguns prefeitos fiquem às tontas entre um em outro gabinete oficial do Governo apelando por ajuda a seus municípios. Muitas pessoas vitimadas pelos fenômenos da natureza, como temporais, vendavais, enchentes, chuvas de granizo e outros, perdem todos os pertences e tem que, forçosamente, viver na dependência de vizinhos e parentes por tempo indeterminado. Quem tem uma casa destruída ou a lavoura completamente dizimada por um desses fenômenos, comumente é relegado ao esquecimento e tem que reconstruir tudo sozinho, quando possível.

O próprio poder público municipal também passa a ser vítima diante de problemas de grandes proporções, como é o caso de enchentes que destroem estradas, pontes e prédios públicos. Nestes casos, é comum os prefeitos decretarem estado de emergência ou de calamidade pública, o que exige ajuda imediata das esferas superiores do Poder. Entretanto, a burocracia oficial é lenta e atravanca os atos dos prefeitos, atrasando de forma demasiada o envio da ajuda necessária que, quando chega — em muitos casos não —, a maioria dos problemas já foi solucionada ou a verba repassada já está defasada.

## Vítima

Um exemplo típico da ausência de um sistema de defesa civil eficiente no Espírito Santo é o município de Presidente Kennedy, com 10 mil habitantes, que desde o dia 6 de janeiro passado está sem o fornecimento normal de água potável, devido ao secamento do córrego São Salvador, que abastece a estação de distribuição da Cesan. O prefeito Paulo Santos Burgues empreendeu, desde que começou o problema, longas peregrinações na tentativa de contornar a situação, mas o que há de concreto, depois de transcorrido quase seis meses, é de que as obras para construção de uma nova fonte de captação de água tem início nesta semana com ajuda do Governo do Estado.

No município de Muqui, com 12.500 habitantes, no Sul do Estado, o prefeito Gilberto Mofati Vicente está às voltas com os danos causados por um temporal registrado a 30 de abril e que deixou um saldo de 40 casas totalmente destruídas, além de 12 escolas e três igrejas, sem contar os prejuízos na agricultura. Lá não existe nenhum serviço de defesa civil e o socorro às vítimas do temporal foi feito por funcionários da Prefeitura e agrônomos da Emater.

## Calamidade

Muqui, entretanto, vinha sendo recuperado de uma enchente ocorrida em outubro do ano passado, segundo disse o prefeito Gilberto Mofati, acrescentando que, por aquele motivo, a Prefeitura não dispunha dos recursos suficientes para dar início

à recuperação dos danos causados pelo temporal de 30 de abril. Embora o município esteja, desde 1º de maio, em estado de calamidade pública, tudo que recebeu de ajuda concreta do Governo do Estado foi a determinação ao secretário da Educação, José Eugênio Vieira, de tomar as providências necessárias visando à reconstrução de 12 escolas.

A Prefeitura de Muqui estimou os danos causados pelo temporal em Cr\$ 25 milhões, mas precisaria de uma ajuda de emergência de pelo menos Cr\$ 10 milhões, conforme revelou Gilberto Mofati Vicente. Ele, contudo, ainda não recebeu a menor parcela e, para tentar conseguir o restante, vai ter que recorrer aos ministérios da Agricultura e da Ação Social, em Brasília, segundo já anunciou.

## Enchente

Em Atílio Vivacqua, com 6.500 habitantes, também no Sul do Estado, o prefeito José Luiz Torres Lopes ainda não conseguiu resolver os problemas causados por uma enchente registrada em novembro do ano passado e que causou sérios prejuízos à população. “Nós, praticamente sozinhos, estamos resolvendo tudo”, declarou Torres Lopes, queixando-se de que somente na próxima semana está previsto o repasse de recursos do Governo do Estado para recuperação de uma ponte na sede do município.

José Luiz Torres observou também que a recuperação da ponte vai ficar por aproximadamente Cr\$ 5 milhões, enquanto que a ajuda do Governo do Estado está orçada em Cr\$ 2.564.520,00. Quanto aos demais danos causados pela enchente, o prefeito disse que estão sendo sanados com ajuda da própria população e de municípios vizinhos.

Para o prefeito de Atílio Vivacqua, criar um esquema municipal de defesa civil não significa garantir, às populações atingidas por acidentes naturais, a solução para seus problemas. Ele disse: “É preciso uma melhor divisão dos recursos estaduais, pois, enquanto alguns municípios são melhor aquinhoados, outros ficam penalizados”. E explicou que no seu município a agricultura e a pecuária constituem-se nas principais fontes da economia, mas a receita orçamentária é pequena.

## Seca

Torres salientou que os dramas vividos pelos municípios não se limitam apenas a enchentes, temporais ou grandes danos materiais, mas principalmente às prolongadas estiagens, que, no caso de sua jurisdição, causam muitos prejuízos à economia municipal. Salientou que, após a enchente que Atílio Vivacqua enfrentou no final do ano passado longa estiagem, cujos reflexos continuam influenciando na economia municipal.

Todavia, ele depositou esperança no Governo Collor de Mello que venha, através do Ministério da Ação Social, a socorrer os municípios prejudicados por fenômenos climáticos, “em tempo hábil”. Já o secretário Municipal de Planejamento de Cachoeiro de Itapemirim, Clóvis de Bar-

ros, é um entusiasta da defesa civil municipal, através da qual ele acredita que muitos problemas possam ser resolvidos de forma imediata.

Cachoeiro de Itapemirim, com aproximadamente 160 mil habitantes, é o principal pólo de desenvolvimento do Sul do Estado e até há alguns anos possuía um esquema de defesa civil integrado com a Cruz Vermelha, que praticamente não existe mais. Essa situação, entretanto, deve mudar, segundo garantiu Clóvis de Barros, ao informar que o município está preparando a formação de grupos de voluntários “de primeiro nível” para enfrentar eventuais catástrofes naturais.

## Voluntários

Disse que a Prefeitura conseguiu, junto à Polícia Militar, a contratação de um oficial que recebeu treinamento especializado em defesa civil durante seis meses, em Brasília, e que já deu início a contatos com a comunidade no sentido de formar grupos de voluntários capazes de orientar as pessoas sobre como, por exemplo, socorrer uma criança que sofreu queimaduras graves, ou combater incêndios a residências e/ou socorrer vítimas de enchentes, deslizamentos de barreiras.

Clóvis de Barros reconheceu que o município não está preparado para enfrentar grandes problemas, sejam eles físicos ou naturais. Ele defende a necessidade de a Prefeitura criar mecanismos de conscientização da população, ao ponto das pessoas saberem como proceder ante a explosão de um botijão de gás ou panela de pressão dentro de casa. Porém, deixou claro que a ação que a municipalidade vem fazendo em conjunto com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros não tem dado resultado satisfatório.

## Morosidade

O secretário Municipal de Planejamento, contudo, entende que o trabalho de formação de voluntários para atuação na defesa civil é lento e, por isso, não estimou prazo para que o projeto venha a se concretizar. Acredita, no entanto, que a partir do momento em que o serviço for implantado, o treinamento e as noções básicas de socorro serão repassados ao resto da população de forma automática, mediante trabalho de preparação dos próprios voluntários.

A cidade de Cachoeiro é considerada por Clóvis de Barros como “muito vulnerável” a acidentes naturais devido, primeiramente, à posição geográfica do rio Itapemirim que corta a cidade ao meio. Em caso de transbordamento de suas águas, a população ribeirinha — que soma milhares de pessoas — deve ser imediatamente evacuada. Além disso, a cidade é caracterizada pela presença de muitos motros, todos ocupados de forma desordenada, estando sujeitos, por causa disso, a deslizamentos das encostas por ocasiões de chuvas prolongadas. “Esses problemas podem ocorrer em qualquer comunidade, mas ao mu-

nicipio cabe criar mecanismos de como evitá-los ou enfrentá-los”, advertiu.

Em Castelo, com 35 mil habitantes, o poder público viveu amarga experiência a 1º de fevereiro de 1979, quando prolongadas e fortes chuvas fizeram transbordar os mananciais do município, destruindo pontes, estradas e deixando desabrigadas inúmeras pessoas. O secretário de Administração, Sérgio Tassis, lembrou que naquela ocasião o então coordenador geral da Defesa Civil do Estado, coronel Vlamir Coelho, advertiu às Prefeituras no sentido de organizarem suas defesas civis, através da formação e treinamento de grupos de voluntários.

Apesar da advertência do coronel Vlamir Coelho, poucos ou praticamente nenhum município seguiu o conselho, sendo Castelo um dos exemplos, conforme admitiu Sérgio Tassis. Ele reconheceu, por exemplo, que não consta do orçamento municipal nenhum recurso para ser aplicado em casos de emergência, quando a população é atingida por um acidente da natureza. “Os órgãos da Prefeitura estão sempre à disposição, mas esbarram na falta de recursos para reparar os danos decorrentes desses casos”.

Sérgio Tassis lembrou, porém, que no então Governo Eurico Rezende a Assembléia Legislativa acabou aprovando a retenção da alíquota de 5% do ICM (agora ICMS) por parte do Governo do Estado, com objetivo de aplicar esses recursos em situações de emergências nos municípios. “Esse dinheiro, no entanto, é distribuído para quem o governador quer”, ironizou.

## Privilegio

O prefeito de Alegre, Roberto Luciano Duarte, por sua vez, pode ser considerado um privilegiado em termos de defesa civil. Ele próprio afirmou que em menos de dois meses o município foi assolado por dois fortes vendavais, mas o socorro à população atingida foi imediato. “Quando há um caso desses, mobilizamos imediatamente o 3º Batalhão da Polícia Militar (sediado no município), além do Tiro de Guerra (unidade do Exército) e, em conjunto com a Prefeitura, resolvemos o problema”, disse.

Luciano Duarte reconheceu, porém, que a maioria dos municípios do Sul do Estado não dispõe de uma guarnição da PM como a que existe em Alegre, de fácil mobilização. Por isso, entende que “tem que haver uma total integração entre todas as forças da localidade, inclusive com treinamento adequado e definição de abrigos para os flagelados”.

As autoridades municipais foram quase todas unânimes em reconhecer que a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec) deveria possuir um fundo, mantido com recursos do Estado e dos municípios, destinado a socorrer os casos de emergência e de calamidade pública em qualquer localidade do Espírito Santo. A Cedec, que atualmente somente dispõe de barracas de veria, na opinião do secretário Clóvis de Barros, dispor de medicamentos de primeiros socorros, viaturas e de recursos suficientes.